



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 3.443, DE 2012

Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.

**Autor:** Deputado PEDRO UCZAI

**Relator:** Deputado VICENTINHO

#### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe determina que os *conselhos de fiscalização profissional deverão expedir a carteira de registro profissional mediante a apresentação de diploma registrado conforme a legislação vigente*, porém, *nos casos em que forem apresentados certificados provisórios expedidos por instituições de ensino superior credenciadas no Ministério da Educação*, os conselhos deverão expedir carteiras provisórias com validade de 180 dias.

De acordo com a justificação apresentada pelo autor da proposição, Deputado Pedro Uczai, *a expedição do diploma registrado e em caráter definitivo ocorre vários meses após o término do curso e da expedição dessas declarações provisórias*, e a recusa de grande parte dos conselhos em emitir a carteira profissional mediante o certificado pelas instituições de ensino *tem feito com que milhares de profissionais com formação específica não consigam ter acesso a sua carteira de registro profissional e, conseqüentemente, não possam exercer sua profissão*.

O projeto foi distribuído à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), para apreciação do mérito, e à

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que se pronunciará sobre a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Conforme atesta o Termo de Recebimento de Emendas datado de 10 de maio de 2012, não foram apresentadas no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A Constituição Federal estabelece, no art. 5º, inciso XIII, que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

A qualificação corresponde à preparação para o exercício profissional, o que se dá comumente por meio de cursos técnicos ou de graduação.

Ocorre que, muitas vezes, há um enorme lapso temporal entre o término do curso e a expedição do diploma pelo Ministério da Educação, exigido para a expedição da carteira pelos conselhos de fiscalização profissional. E, durante todo esse período, para o qual o trabalhador não contribuiu e para cuja redução ele nada pode fazer, ele se vê impedido de exercer seu trabalho, cuja liberdade é constitucionalmente garantida.

É importante ter em mente que a real qualificação do profissional se dá com a conclusão do curso, e que o tempo transcorrido entre este fato e o recebimento do diploma se destina a meros procedimentos burocráticos. Não há, durante essa espera, nenhum acréscimo à qualificação. Assim, consideramos que o profissional pode comprová-la por outros meios idôneos, como é o caso do certificado emitido por sua instituição de ensino.

Dessa forma, entendemos que, em boa hora, o Deputado Pedro Uczai apresentou a proposição ora relatada, que visa corrigir uma injustiça cometida contra milhares de profissionais brasileiros.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.443, de 2012.

Sala da Comissão, em        de        de 2012.

**Deputado VICENTINHO**  
**Relator**